

PUBLICIDADE LEGAL

SHOPPING JOÃO PESSOA S/A
 CNPJ/MF 92.889.724/0001-56 - NIRE 43.3.00021297
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
 Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 09h do dia 28 de abril de 2026, na sede social, Av. João Pessoa nº 1831, 3º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Ordinária: (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (b) Eleger os membros da administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; (c) Eleger os membros da diretoria e fixar o montante da remuneração dos diretores.
 Porto Alegre, 15 de abril de 2026.
 Saul Veras Bof
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL
 TEM DATA E LOCAL CERTO
 PARA SER PUBLICADA

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

BALDO S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO
 CNPJ Nº 91.473.678/0001-47 - NIRE Nº 43300013600.

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: Convocamos os Senhores Acionistas da Baldo S/A Comércio, Indústria e Exportação, com sede em Encantado/RS, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Rua Heitor Alexandre Peretti 385, Encantado, RS, 95960-000, às 09:00 horas do dia 25 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Em regime de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - a) Apreciação e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre em edição de 26/02/2026, págs. 5 e 6 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet - <https://fjp.jornaldocomercio.com/edicao/impresa/14004/26022026.html> b) Destinação do Lucro Líquido e ratificação sobre crédito e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos; 2. Em regime de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - a) Deliberação sobre a reforma parcial do Estatuto Social da Companhia, mediante alteração dos artigos 3º, 5º, 6º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º a 21º, 25º, 28º, 30º, 31º e 32º; b) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; c) Fixação da remuneração global dos administradores; d) Deliberação sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, incorporando as alterações estatutárias aprovadas no item "2. a)"; e) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Encantado, RS, 14 de abril de 2026. ARLINDO PLÁCIDO BALDO - Diretor Presidente. 

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham fo

Você no GeraçãoE




Ge


Toda
quinta-feira
no seu JC

vozes que ganham fo

vozes que ga



Anuncie



vozes que ga

vozes que ganham fo



vozes que ganham fo

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

PUBLICIDADE LEGAL


banrisul
 consórcio

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
 CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24
 NIRE 43300013651
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer a Assembleia Geral Ordinária que será realizada dia 23 de abril de 2026, às 10 horas, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre - RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76; 4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleger membros do Conselho de Administração, e 6. Eleger membros do Conselho Fiscal efetivos e respectivos suplentes.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos da Assembleia, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar - Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral. Os documentos relativos aos itens da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.

Porto Alegre, 14 de abril de 2026
 Flávio Pompermayer
 Presidente em Exercício - Conselho de Administração

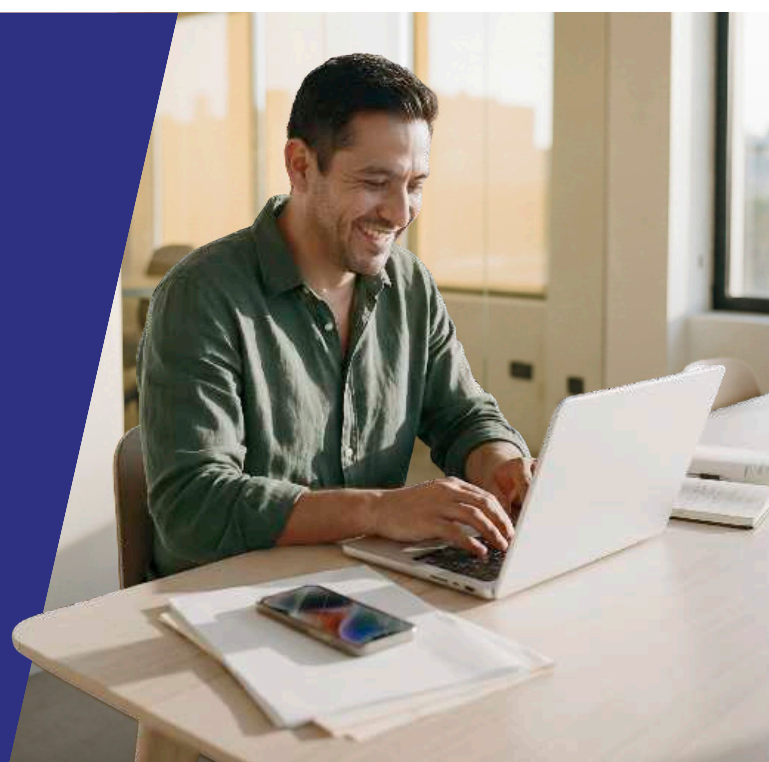
Posicione sua marca
no centro das decisões
 estratégicas.

Alcance um público qualificado,
 formado por gestores, empresários e tomadores
 de decisão do sul do país.



Acesse
 o QR Code
 e anuncie
 no JC

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS



FACTA FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 15.581.638/0001-30 NIRE: 43300054632

Relatório da Administração: Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025. Seguimos todas as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A Instituição mantém-se atenta aos movimentos macroeconômicos, aos cenários que se desenham para os curtos e médios prazos, principalmente por adentrarmos em ano de eleição presidencial e todos os efeitos que eventos políticos desse porte trazem para os Mercados. **I. Destaques Operacionais:** As atividades operacionais da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento têm por objetivo operações de Empréstimo Pessoal Consignado Público, antecipações do Saque-aniversário FGTS, e mais recentemente o Consignado Privado com garantias do FGTS. As operações são realizadas através de uma rede de Correspondentes Nacionais, onde ocorre a captação das operações de crédito. No ano de 2025, mesmo com o ambiente econômico e político turbulentos, a originação de operações de crédito cresceu 27% num comparativo em relação a 2024. Este crescimento está alicerçado fortemente pelos produtos Consignado INSS e Consignado Privado CLT/FGTS. Do ponto de vista de resultado a instituição, num processo constante de crescimento, atingiu a marca de **R\$ 4,1 Bilhões** de Carteira de Ativos de Crédito, mais **R\$ 14 Bilhões** de Créditos cedidos para Cessionários parceiros da FACTA Financeira. O Lucro Líquido de **R\$ 144 Milhões** no ano de 2025, representa um crescimento de 25% em um comparativo em relação ao mesmo período de 2024, seguindo a busca de entrega de resultado esperado pelos acionistas. **II. Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento a resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira possui política de gerenciamento dos riscos operacionais, sendo responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. **III. Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a resolução 3.464/07 do CMN a financeira possui gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **IV. Ouvidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 28 de agosto de 2013, onde buscamos contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução 3.849/10 do Bacen, atendendo as demandas efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da ouvidoria. Nos pontos de vendas dos correspondentes nacionais, o cliente possui informações da existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da ouvidoria e as atribuições do diretor de ouvidoria. Porto Alegre - RS, 31 de março de 2026. A Administração. **Declaração de Responsabilidade da Administração:** Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo. Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras com um todo. Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas encontram-se, nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração e foram submetidas à auditoria externa, sendo o relatório parte integrante desta remessa eletrônica para publicação na Central de Demonstrações Financeiras. Porto Alegre - RS, 31 de março de 2026. **Evaldo Francisco da Rosa - Diretor Presidente. Everton Francisco da Rosa - Diretor Executivo. Atos Declaratórios da Diretoria: Demonstrações Financeiras:** A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua emissão em 09 de setembro de 2025. **Ouvidoria Institucional:** A estrutura de Ouvidoria da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, onde disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de seus correspondentes bancários, internet e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e, em estrita observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento não contrataram nem teve serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, que afetem ou possam afetar a independência necessária à execução do trabalho de auditoria externa das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **Agradecimentos:** A Administração da FACTA Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento agradece aos clientes pela confiança e colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação. Porto Alegre - RS, 31 de março de 2026. **Evaldo Francisco da Rosa - Diretor Presidente. Everton Francisco da Rosa - Diretor Executivo**

Demonstrações Financeiras para o Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais)		Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)		Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	
Ativo	Nota	31/12/2025	2º semestre de 2025	31/12/2025	2º semestre de 2025
Caixa e equivalente de caixa	4	10.870	144.026	793.164	1.554.230
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	781.577	241.441	513.477	1.136.540
Títulos e valores mobiliários		393.074	(25.060)	221.150	331.280
Operações de crédito, líquido de provisões para perdas associadas ao risco de crédito		388.503	11.990	40.148	71.213
Ativos financeiros ao custo amortizado	6	7.461.010	131.252	18.389	15.197
Títulos e valores mobiliários		3.769.458	222.729	(598.832)	(1.102.298)
Operações de crédito		4.029.533	568	(580.825)	(1.072.472)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(337.981)	(172.335)	(18.007)	(29.826)
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	7	6.449	2.331.410	194.332	451.932
Impostos a compensar	8	44.845	621.035	(238.870)	(415.940)
Créditos tributários	9	243.649	(2.780.110)	2.824	(5.494)
Outros ativos	10	535.069	(349.883)	(422.541)	(887.367)
Total do ativo		9.083.469	10.870	(13.325)	144.026
Passivo	Nota	31/12/2025	2º semestre de 2025	31/12/2025	2º semestre de 2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	11	7.578.189	50.568	(44.538)	35.992
Depósitos		5.034.128	50.568	(44.538)	35.992
Recursos de acéites cambiais		11.341	(708)	(2.610)	(275.105)
Instrumento de dívida elegível		250.612	(245)	(10.400)	(1.172)
Carteira de terceiros		2.282.108	(463)	(109.989)	(275.105)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		426.094	(463)	18	811.172
Operações vinculadas a cessão de crédito		426.094	(463)	18	321.910
Outros passivos	12	358.684	-	19	(275.105)
Fiscais e previdenciários		17.703	(26.126)	18	321.910
Outros passivos		340.981	(34.102)	19	(275.105)
Patrimônio líquido	14	720.502	(60.228)	(13.325)	144.026
Capital social		677.943	(10.123)	(13.325)	144.026
Reservas de lucros		42.559	(10.123)	(13.325)	144.026
Lucros ou (prejuízos) acumulados		-	20.993	(13.325)	144.026
Total do passivo		9.083.469	10.870	(13.325)	144.026

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)		Reservas		Lucros/prejuízos acumulados		Totais	
	Nota	Capital social	Legal	Estatutária			
Saldo em 30/06/2025		456.656	30.336	221.287	85.775	794.054	794.054
Lucro do período		-	-	-	(13.325)	(13.325)	(13.325)
Aumento de capital	14b	221.287	-	(221.287)	-	-	-
Constituição reserva legal		-	(666)	-	666	(34.102)	(34.102)
Dividendos destinados		-	-	-	(34.102)	(34.102)	(34.102)
Constituição reserva estatutária		-	(2.155)	15.044	(12.889)	(26.125)	(26.125)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(26.125)	(26.125)	(26.125)
Saldo em 31/12/2025		677.943	27.515	15.044	(85.775)	720.502	720.502
Mutação no período		221.287	(2.821)	(206.243)	(85.775)	(73.552)	(73.552)
Saldo em 01/01/2025		326.656	22.468	221.287	(43.067)	570.411	570.411
Ajustes iniciais na adoção da resolução 4.966/21		-	-	-	(43.067)	(43.067)	(43.067)
Saldo em 01/01/2025		326.656	22.468	221.287	(43.067)	570.411	570.411
Lucro do período		-	-	-	144.026	144.026	144.026
Aumento de capital	14b	351.287	-	(221.287)	-	130.000	130.000
Constituição reserva legal	14c	-	7.202	-	(7.202)	-	-
Dividendos destinados	14d	-	-	-	(34.102)	(34.102)	(34.102)
Constituição reserva estatutária	14e	-	(2.155)	15.044	(12.889)	-	-
Juros sobre o capital próprio	14e	-	-	-	(46.766)	(46.766)	(46.766)
Saldo em 31/12/2025		677.943	27.515	15.044	(85.775)	720.502	720.502
Mutação no período		351.287	5.047	(206.243)	(42.709)	150.091	150.091

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Contexto Operacional: A Instituição tem como objeto social a realização de operações de crédito e financiamento, a prazos curto, médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de prestação para instituições da espécie, contempladas na lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, seguindo as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. A Instituição foi constituída em 22 de maio de 2012 sendo seu registro no Banco Central do Brasil homologado em 03 de maio de 2012. A Instituição adotou como política de Captação de Funding de forma temporária, a captação de recursos com prazos curtos, como medida protetiva frente às altas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro, ou seja, buscou captar em prazos mais curtos para carregar por menos tempo um Funding de custo alto. Como a expectativa é de que a taxa de juros básica da economia brasileira (Taxa SELIC e CDI) tenham redução nos próximos meses, essa estratégia é a que mais rentabiliza as operações de crédito consignado, que possuem prazos mais longos. A intenção da Administração é manter esta Estratégia enquanto perdurarem os níveis das taxas de juros atuais, buscando desonerar, ao máximo possível, a despesa de intermediação financeira em prazos mais longos. Essa estratégia vem se mostrando eficaz, pois todos os compromissos estão sendo cumpridos e o endividamento mantido dentro das projeções de prazo e custo. Seguem as estratégias atuais da Administração sobre a composição de Caixa da Instituição, baseadas nas projeções do Fluxo de Caixa e dos orçamentos de resultado para o biênio 2025/2026: • Operações de Cessão de Créditos - Previamente acordadas comercialmente com as Instituições parceiras e/ou previstas em Contratos; • Captação de novas tranches de Funding através das Plataformas contratadas, onde a FACTA CFI possui linhas de crédito "em aberto"; • Captação de Funding através da colocação no mercado, que se demonstra com interesse, de DPGEIL, para o qual a FACTA CFI já tem garantidor registrado e disponível no FGC. Ainda, como medida contingencial, está previsto no Plano de Contingência de Liquidez, em casos necessários, a redução e/ou interrupção na concessão de novas operações de crédito. Os acionistas mantêm o compromisso de aporte de capital necessário para manutenção da operação da Companhia. a) Resolução CMN no 4.966/21 - Instrumentos Financeiros: A Resolução CMN. No 4.966, de 25 de novembro de 2021, a qual entrou em vigor a partir de 1o de janeiro de 2025, estabelece novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para: I. classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; II. constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros; III. designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e IV. evidênciação de informações sobre instrumentos financeiros. A Instituição realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial do novo padrão contábil, de acordo com a Resolução CMN no 4.966, 25/11/2021 e Resolução BCB no 352 de 23/11/2023. Os impactos da transição foram baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados foram reconhecidos em lucros acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido. * Em 31 de dezembro de 2024, a instituição estimou ter um aumento de R\$80 milhões nas provisões para 2025. No semestre findo em 30 de junho de 2025, houve realização de R\$43 milhões do valor estimado para ano, resultando em uma redução de 5% do patrimônio líquido.

Nota 2. Base para Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em moeda nacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para instituições financeiras e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, pelo conselho Monetário Nacional - CMN e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BCB. Res. BCB no2/20 dispõe sobre critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais. Segue aprovações atualizadas:

APROVAÇÕES - BACEN/CMN	Resolução
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estim. e Retific. de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/10
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	N. 4.748/2019

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução CMN 4.966/21 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial. A Facta optou pela dispensa facultada pela norma em seu artigo 79, da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, relativamente aos períodos anteriores. Até o momento não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do

CPC serão aprovados pelo BACEN, e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da administração, cuja autorização para sua conclusão, ocorreu em 31 de março de 2026. **Normativos emitidos recentemente e aplicáveis ao exercício corrente:** Resolução CMN no 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1o de janeiro de 2025. Em atendimento ao artigo 76 da resolução 4.966/2021, a Facta Financeira S.A., Crédito, Financiamento e Investimento, elaborou o plano para a implementação requisitos estabelecidos na mencionada resolução. O plano de implementação dos requisitos contidos na citada resolução, conforme previsto, ficará à disposição do Banco Central do Brasil e será remetido caso seja por ele solicitado. No segundo semestre de 2024, a instituição realizou simulações para obter uma melhor compreensão do efeito potencial do novo padrão contábil e fez menção a essas resultados na Nota 1 do contexto operacional. Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN no 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entrou em vigor em 1o de janeiro de 2025.

Nota 3. Principais Práticas Contábeis Materiais: Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações, destacamos: **a) Instrumentos Financeiros:** Resolução CMN nº 4.966/21 - Estabelece os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. I - Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; II - Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros; III - Designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e IV - Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. **Críticos observados para determinar a classificação dos ativos financeiros:** A Resolução CMN nº 4.966/21 no seu artigo 4º, define classificar os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos. Foram realizados testes individualmente para validar se atendem ao critério de pagamento de somente principal e juros, resultando na seguinte classificação: **Custo Amortizado (CA):** Ativos financeiros em títulos e valores mobiliários, subtitulos debentures sênior e subordinadas ativos financeiros de operações de créditos próprias da instituição, líquidos de seu provisionamento, atendendo ao critério de pagamento somente principal e juros. **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Ativos financeiros em títulos e valores mobiliários, subtitulos cotas de fundo referenciado, cotas de fundo em direitos creditórios, títulos em garantia e ativos financeiros de operações de créditos vinculadas a cessão de crédito líquidos de seu provisionamento, que não se enquadram no item anterior. **Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:** 1. Operações Não Problemáticas: Para operações que não se enquadram como problemáticas, aplica-se diretamente os percentuais de provisionamento definidos no Anexo II da Resolução CMN no 352, respeitando: • A faixa de atraso da operação; • O enquadramento da carteira (conforme classificação C1 a C5). 2. Operações Problemáticas Inadimplidas: Para operações classificadas como problemáticas e inadimplidas, são realizados dois cálculos distintos, cujos resultados são somados: a) Perda Incorrida: Aplica-se o percentual previsto no Anexo I da Resolução CMN no 352, de acordo com: • A faixa de atraso da operação; • O enquadramento da carteira. b) Provisão Adicional para Ativos Problemáticos Inadimplidos: Aplica-se o disposto no Art. 78, §1º, inciso III da Resolução CMN no 352, que define percentuais adicionais de provisão sobre o saldo contábil bruto de operações inadimplidas, com características problemáticas, de acordo com o enquadramento da carteira. 3. Operações Problemáticas Não Inadimplidas: Para operações consideradas problemáticas, mas que ainda não atingiram o critério de inadimplência definido pelo Banco Central, aplica-se o percentual estabelecido no Art. 78, §1º, inciso II da Resolução CMN no 352, também sobre o saldo contábil bruto da operação, de acordo com o enquadramento da carteira. **b) Apuração de resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **c) Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. **d) Cessão de crédito:** Contabilizado de acordo com a resolução CMN no 3.533/08, que trata de operação de crédito cedida com transferência substancial dos riscos e benefícios, a qual deve ser baixada da carteira do cedente, bem como, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada. **e) Imobilizado de uso:** Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações e amortizações acumuladas, calculadas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica, e por perdas por *impairment*, quando aplicável, fixado por espécie de bens. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. **f) Intangível:** Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelos valores de custo de aquisição ou de desenvolvimento. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida

útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável. **g) Provisão para o imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda, correntes e diferidos, são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e para a contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos, na alíquota de 15% conforme legislação fiscal. **h) Provisão de ativos e passivos contingentes:** Contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando ocorrer a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas serão reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser no total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações não são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação. **i) Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas e as provisões para contingências com processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às impressões existentes no processo de estimativas contábeis. A Instituição revisa suas estimativas e premissas no mínimo em bases semestrais. A contingência com processos judiciais é apurada com base no valor estimado de acordo com o parecer das assessorias jurídicas e análise das demandas judiciais existentes, classificadas as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda das causas. **j) Resultado por ação:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **k) Resultados recorrentes e não recorrentes:** Apresentados os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período, de forma segregada.

Nota 4. Caixas e Equivalentes de Caixa: Segue composição das disponibilidades apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa:

Disponibilidades	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional	10.870
Total da disponibilidade	10.870

Nota 5. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado: Segue composição dos ativos e seus resultados apresentadas na demonstração do resultado do exercício. Não há diferenças entre o valor contábil apresentado no balanço e o valor justo apresentando na nota.

	31/12/2025
a) Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	393.074
Cotas de fundo referenciado (i)	108.237
Cotas de fundo em direitos creditórios (ii)	268.326
Título em garantia (iii)	16.511
b) Operações de crédito ao valor justo por meio do resultado	388.503
Vinculado a Cessão de crédito (iv)	388.503
Totais	781.577

	2º semestre de 2025	31/12/2025
c) Apresentação dos res. com títulos e valores mobiliários:		
Cotas de fundo referenciado	24.920	55.352
Cotas de fundo em direitos creditórios - FIDC	8.697	8.697
Títulos em garantia	6.531	7.164
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	40.148	71.213
Cotas de fundo em direitos creditórios - FIDC	18.389	

>>> continuação **FACTA FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 15.581.638/0001-30**

b) Operações de Crédito:

(i) Quadro representativo da carteira com vencimento e provisões:

Carteira	Total provisão	Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada
C4 - Capital de Giro	267.586	(13.824)	(3.994)	(5.070)
Não Problemático	250.504	(4.760)	-	(4.760)
De 0 a 90	250.504	(4.760)	-	(4.760)
Problemático	17.082	(9.064)	(3.994)	(5.070)
De 0 a 89	598	(290)	(263)	(27)
De 90 a 179	272	(153)	(141)	(12)
De 270 a 359	4.488	(3.792)	(3.590)	(202)
Problemáticos adimplidos (menor que 90 ART. 78)	11.724	(4.829)	-	(4.829)
C5 - Crédito pessoal consignado e não consignado	3.761.947	(324.157)	(132.382)	(82.003)
Não Problemático	3.425.909	(109.772)	-	(109.772)
De 0 a 90	3.425.909	(109.772)	-	(109.772)
Problemático	336.038	(214.385)	(132.382)	(82.003)
De 0 a 89	71.311	(40.010)	(37.585)	(2.425)
De 90 a 179	38.198	(25.466)	(24.168)	(1.298)
De 180 a 269	32.813	(25.270)	(24.154)	(1.116)
De 270 a 359	27.002	(23.457)	(22.539)	(918)
De 360 a 449	24.037	(23.291)	(22.518)	(773)
De 450 a 539	682	(682)	(682)	-
De 540 a 629	646	(646)	(646)	-
Maior que 629	90	(90)	(90)	-
problemáticos adimplidos (menor que 90 ART. 78)	141.269	(75.473)	-	(75.473)
Totais	4.029.533	(337.981)	(136.376)	(114.532)

(ii) Movimentação da provisão

Saldo inicial	Constituições (i)	Baixas em prejuízo	Saldo final
Formação do saldo	(290.867)	25.779	(337.981)
Aj. iniciais na adoção da resolução 4.966/21	-	43.067	-
Totais	(290.867)	(29.826)	25.779

Resultados das operações de créditos, constituem receita efetiva da instituição no período, seguindo o regime de apropriação pro rata por competência, representadas na demonstração do resultado do exercício.

(iii) Result. de operações de crédito

2º semestre de 2025	31/12/2025
Emprestimos	513.477
Totais	1.136.540

Nota 7. Imobilizado de Uso: Segue composição e movimentação representadas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2025
Taxa anual depreciações	Saldo inicial	Adições
Edificações benfeitorias imóveis	4%	2.363
Benfeitoria imóveis terceiros	10%	50
Máquinas	10%	43
Mobiliário	10%	264
Computadores e periféricos	20%	233
Veículos	20%	2.645
Totais	5.598	2.601
Taxa anual depreciações	Saldo inicial	Adições
Edificações benfeitorias imóveis	4%	2.306
Benfeitoria imóveis terceiros	10%	43
Máquinas	10%	57
Mobiliário	10%	296
Computadores e periféricos	20%	421
Veículos	20%	3.431
Totais	6.554	708

Nota 8 - Impostos a Compensar:

31/12/2025	
Imposto de renda	26.019
Contribuição social sobre lucro líquido	12.119
Outros	6.707
Totais	44.845

Nota 9. Créditos Tributários: a) Os créditos tributários são registrados com base em estudo técnico preparado pela administração e aprovado pela diretoria da instituição, e apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. Segue quadro representativo a origem dos créditos tributários de impostos de renda e contribuição social, apurados com base nas alíquotas vigentes.

31/12/2025	
Diferenças temporárias PCLD	120.329
Diferenças temporárias PCLD FIDC	36.329
Diferenças temporárias PCLD VISA	14.863
Diferenças temporárias contingências judiciais	72.128
Totais	243.649

b) O valor presente total dos créditos tributários constituídos é de R\$243.649 e foram registrados por seus valores nominais e serão revertidos em períodos futuros. A Administração espera realizar o saldo dos créditos tributários como segue:

31/12/2025	
2026	13.510
2027	35.819
2028	16.318
2029	25.730
2030	17.933
2031	27.522
2032	43.875
2033	19.217
2034	27.195
2035	16.530
Totais	243.649

c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

31/12/2025	
Saldo no início do período	126.285
Utilizado/realizado	(48.639)
Novos créditos constituídos	166.003
Saldo no final do período	243.649

Nota 11 - Passivos Financeiros ao Custo Amortizado: Se refere a captação no mercado, registradas pelo seu valor presente, apresentadas a seguir: (i) taxas médias por % CDI:

Prazo médio (dias)	Taxa média (a.a)	Até 3 meses	4 a 12 meses	13 a 36 meses	37 a 120 meses	31/12/2025
Depósitos		446.330	1.534.048	2.719.620	334.130	5.034.128
CDB - Pós Fixado (i)	323	113%	135.384	611.860	928.375	1.675.619
CDB - Pré Fixado	387	13%	288.908	804.502	1.632.532	334.130
RDB - Pós Fixado (i)	408	114%	-	17	608	625
RDB - Pré Fixado	425	13%	242	5.781	1.689	7.712
DPGE II - Pós Fixado (i)	540	36%	21.796	111.888	156.416	290.100
Recursos de aceites cambiais			67	11.274	-	11.341
LC - Pós Fixado (i)	204	136%	67	11.274	-	11.341
Instrumentos de dívida elegível			-	59.085	-	250.612
LF Elegível - Pós Fixado (i)	279	150%	-	59.085	-	59.085
LF Elegível - Pré Fixado	1.355	19%	-	-	191.527	191.527
Carteira de terceiros			95.160	445.796	889.738	851.414
Debêntures - Pós Fixado (i)	1.672	181%	95.160	445.796	889.738	851.414
Totais			541.557	2.050.203	3.609.358	1.377.071

As debêntures são constituídas por CCBs de operações de cessação de crédito, sem coobrigação, para Kanastra Cia Securitizadora. As operações compromissadas são realizadas com prazos que refletem os fluxos de vencimentos das debêntures, que por sua vez, como dito logo acima, refletem o fluxo de vencimento das CCBs; Conforme ocorrem os vencimentos das séries das debêntures, as operações compromissadas são liquidadas simultaneamente; A captação através de emissão de certificadas de depósitos bancários (CDBs), em plataformas como as de BTG/Pactual, Itaú ou XP.

Nota 12 - Outros Passivos:

31/12/2025	
Fiscais e previdenciários	17.033
Impostos sobre operações financeiras	3.513
Impostos e contribuições s/lucro	3.673
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	4.168
Impostos e contribuições s/fohla	360
Impostos e contribuições s/faturamento	5.989
Provisão para contingência	180.319
Saldo final	180.319
Outros passivos	160.662
Comissão a pagar (i)	3.932
Seguro prestamista (ii)	5.153
Operações de créditos (iii)	116.569
Taxas a devolver a clientes (iv)	16.997
Outros passivos (v)	18.011
Totais	358.684

Provisão para contingência: As causas judiciais são classificadas com base no valor estimado de acordo com o parecer das assessorias jurídicas e análise das demandas judiciais existentes, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda das causas, classificadas em remota, possível e provável. A provisão das contingências judiciais é auferida pelas causas prováveis. A variação de saldos de contingências para ações civis se dá principalmente pelo aumento de sentenças de 1ª instância favoráveis aos demandantes, ocasionando em aumento da carteira de condenações "prováveis". Esse aumento era esperado devido ao aumento da carteira de operações de crédito, que vem ocorrendo nos últimos anos. Segue quadro da movimentação das provisões de contingências judiciais:

31/12/2025			
Movimentação da provisão	Cível	Trabalhista	Totais
Saldo Inicial	139.579	6.751	146.330
Provisão	59.760	5.162	64.942
Reversão	(26.987)	(3.966)	(30.953)
Saldo Final	172.352	7.967	180.319

(i) Títulos e valores mobiliários: São valores relativos à aplicação em cotas sênior e subordinadas em debêntures com a empresa Kanastra-1 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A, com prazos identificados na Nota 6ª; (ii) Operações de crédito: Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, a partir de 01/01/2019, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e limites definidos em seu artigo 7º, tais como: - Operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às Operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e - O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica; (iii) Operações de crédito: Relacionados a consolidação da carteira das cessões com a empresa RB Apifa Strategy FIDC onde a Facta detém 100% das cotas subordinadas, saldos classificados como cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios; (iv) Depósitos e instrumentos de dívida elegível: São captações de recursos por CDBs, RDBs e Letras elegíveis, remunerados a uma taxa média de 33% a.a. e prazo médio de 35 meses; (v) Carteira de Terceiros: São operações com debêntures relacionadas a empresa Kanastra-1 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A, com taxa média CDI+0,81% a.a. e prazo médio de 56 meses; e (vi) Outros passivos: São valores a pagar referente a seguro prestamista com a empresa Facta Seguradora S.A. movimentação dos últimos dias das operações de crédito, com realização nos primeiros dias do mês subsequente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve gastos com remuneração aos administradores da instituição, que são os próprios acionistas, além da distribuição de dividendos e JSCP. Valores representados na nota 14 e do patrimônio líquido.

Apresentação por relacionamento

	31/12/2025	2º semestre de 2025	31/12/2025
Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)		
321 Sociedade de Crédito Direto S.A.			
Depósitos	(254)	(30)	(30)
Despesas de captação de mercado	(254)	-	-
Ágil Promotora, Assessoria e Representação Ltda			
Operações de crédito	140	55	110
Resultado com operações de crédito	140	55	110
EMJE Participações Ltda			
Depósitos	(1.527)	(161)	(296)
Instrumentos de dívida elegível	(279)	-	-
Despesas de captação de mercado	(1.248)	-	-
Enio Francisco Rosa			
Operações de crédito	18	1	4
Resultado com operações de crédito	18	1	4
Evaldo Francisco da Rosa			
Depósitos	(468.412)	(29.268)	(48.730)
Instrumentos de dívida elegível	(362.783)	-	-
Despesas de captação de mercado	(105.629)	-	-
Everson Souza da Rosa			
Instrumentos de dívida elegível	-	-	(47)
Everton Francisco da Rosa			
Depósitos	(32.815)	(7.513)	(15.018)
Instrumentos de dívida elegível	(3.997)	-	-
Despesas de captação de mercado	(28.818)	-	-
Everton Francisco da Rosa EIRELI			
Depósitos	(6.868)	(471)	(896)
Instrumentos de dívida elegível	(5.246)	-	-
Despesas de captação de mercado	(1.622)	-	-
Facta Corretora de Seguros			
Despesas de captação de mercado	-	-	(14)
Facta Intermediação de Negócios Ltda			
Instrumentos de dívida elegível	(96.205)	(15.913)	(15.913)
Despesas de captação de mercado	-	-	-
Facta Seguradora S.A.			
Outros passivos	(5.153)	-	-
Kanastra-1 Companhia Securitizadora			
Títulos e valores mobiliários	1.487.350	90.627	465.753
Carteira de Terceiros	3.769.458	-	-
Despesas de captação de mercado	(2.282.108)	-	-
Resultado de operações de cessão	-	(22.831)	(103.066)
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	113.458	237.539
Praticall, Central de Atendimentos Ltda			
Operações de crédito	1.928	316	646
Resultado com operações de crédito	1.928	316	646
RE Promotora de Vendas LTDA			
Operações de crédito	4.361	472	978
Resultado com operações de crédito	4.361	472	978
RB Capital Credit Alpha Strategy FIDC			
Operações de crédito	605.900	-	19.061
Títulos e valores mobiliários	388.503	-	-
Resultado com títulos e valores mobiliários	217.397	-	15.197
Solo Promotora Assessoria e Representação Ltda			
Operações de crédito	(17.088)	(1.399)	(2.607)
Instrumentos de dívida elegível	2	-	-
Despesas de captação de mercado	(17.090)	-	-
Totais	1.471.375	36.716	403.001

Nota 14. Patrimônio Líquido:

Reserva de lucros	31/12/2025
Capital Social	Patrimônio Líquido
677.943	720.502
Legal	27.515
Estatutária	15.044

a) Capital social: O capital está composto de 677.943 (seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e três mil) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. b) Aumento de capital: Em 19 de novembro de 2025, os acionistas deliberaram aumento de capital no montante de R\$ 221.287 (duzentos e vinte um, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e setenta e sete reais) mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de lucros, perfazendo um total de 221.287 (duzentos e vinte um, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e setenta e sete reais) de ações ordinárias pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A deliberação comunicada ao Banco Central do Brasil, nos termos do inciso II do §1º do artigo 3º da resolução CMN nº 4.970/21, sob o nº 125180714. Em 28 de fevereiro de 2025, os acionistas deliberaram aumento de capital no montante de R\$ 130.000 (cento e trinta mil reais) mediante subscrição particular de 130.000 (cento e trinta mil) de ações ordinárias pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizado na sua totalidade em moeda corrente nacional conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A deliberação foi submetida ao Banco Central do Brasil e aprovada em 28 de março de 2025. c) Reserva de lucros: Referente a reserva de lucros é composta por reserva legal obrigatório (5%) até o limite de 20% do capital e reserva estatutária pelos valores remanescentes não distribuídos, seguindo as determinações legais da lei 6404/76 e estatuto social da empresa. d) Dividendos: Referente a dividendos por conta de lucros levantados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão destinados conforme previsto no estatuto social da instituição. e) Juros sobre capital próprio: Referente a juros sobre o capital próprio foi calculado aplicando-se a TJLP (taxa de juros de longo prazo) sobre o patrimônio líquido, e limitado a 50% das reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores ou 50% dos lucros do exercício (qual for o maior).

Lucro do período

Reserva legal	Base de cálculo	Juros sobre capital próprio	JSCSP sobre o lucro
144.025	136.823	(46.766)	32%

Nota 15. Despesa de Captação de Mercado:

2º semestre de 2025	31/12/2025	
Despesas de depósitos interfinanceiros	(1.200)	(36.050)
Despesas de depósitos de prazo	(4.539)	(356.280)
Despesas de aceites cambiais	(407.093)	(409.083)
Despesas de letras financeiras	(1.567)	(20.727)
Desp. de operações compromissadas	(22.831)	(103.066)
Despesas de contribuição ao FGC	(143.598)	(147.286)
Totais	(580.825)	(1.072.472)

Nota 16. Despesas Administrativas:

2º semestre de 2025	31/12/2025	
Despesas de água e energia	(40)	(88)
Despesas de aluguel	(18)	(36)
Despesas de comunicações	(2.840)	(4.751)
Desp. de manutenção e conserv. de bens	(245)	(462)
Despesas de processamento de dados	(67.744)	(124.021)
Despesas de propaganda e publicidade	(1.169)	(1.949)
Despesas de transporte	(1.545)	(2.708)
Despesas de seguro cartão benefício (iv)	(30.054)	(66.572)
Desp. de serv. do sistema financeiro (i)	(47.358)	(102.817)
Desp. de serv. técnicos especializados (ii)	(42.404)	(74.619)
Despesas de serviços de terceiros (iii)	(20.873)	(47.181)
Despesa com portabilidade	(21.694)	(47.311)

>>> continuação		FACTA FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 15.581.638/0001-30	
cobradas na contratação de financiamentos nos períodos de 2022 a 2024, valores levantados no formato de espontaneidade conforme ata de reunião diretoria de 11 de agosto de 2025. A administração permanece com saldo remanescente a devolver e segue com as tratativas de identificação de dados bancários atualizados para efetiva devolução.			
Nota 20. Imposto de Renda e Contribuição Social: Segue apresentação do cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.			
(i) Refere-se a provisões operacionais e contingências.			
	31/12/2025		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(7.076)		
Adições (i)	199.024		
Exclusões (ii)	(168.214)		
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	23.734		
IRPJ à alíquota de 15%	(3.560)		
IRPJ à alíquota de 10% adicional	(2.350)		
Dedução incentivos fiscais	140		
CSLL à alíquota de 15%	(3.560)		
Crédito tributário	117.364		
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	108.034		
Nota 21. Limite Operacional (Acordo de Basileia): No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução no 2.099/94 e legislação complementar do Banco Central do Brasil. O Patrimônio de referência da Instituição é composto pela soma do capital social, reserva de lucros e contas de resultado credoras deduzido das contas de resultados devedoras.			
	31/12/2025		
(+) Capital Social:	677.943		
(+) Reserva de Lucros:	119.679		
(+) Contas de Resultado Credoras:	-		
(-) Contas de Resultado Devedoras:	-		
(-) Ativos Intangíveis:	-		
(+) LFs conforme autorização do Banco Central para elegibilidade:	114.916		
(=) Patrimônio de Referência:	912.538		
O Ativo Ponderado pelo Risco Total (RWA) é composto pela soma das parcelas de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito.			
(+) Ativo Ponderado pelo Risco de Crédito:	3.669.411		
(+) Ativo Ponderado pelo Risco de Mercado:	33.218		
(+) Ativo Ponderado pelo Risco Operacional:	151.303		
(=) Ativo Ponderado Pelo Risco Total:	3.853.932		
O Índice de Basileia é a relação entre o Patrimônio de Referência e o Ativo Ponderado Pelo Risco Total.			
Patrimônio de Referência:	912.538		
Ativo Ponderado pelo Risco Total:	3.853.932		
Índice Basileia	23,68%		
Nota 22. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes: Os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período devem ser apresentados de forma segregada. Considerado resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2025, não houve resultados não recorrentes.			
Nota 23. Estrutura de Gerenciamento de Risco: Os acionistas e administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios. Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional do gerenciamento de riscos. A Instituição, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. I - Risco de Crédito - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a			
Instituição constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. II - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Instituição estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A instituição capta no mercado financeiro recursos com objetivo de cumprir com os seus planos de incremento da carteira de crédito. Seguem as estratégias atuais da Administração sobre a composição de caixa da instituição, baseadas nas projeções do fluxo de caixa e dos orçamentos de resultado para o biênio 2024/2025: • Operações de cessão de créditos - previamente acordadas comercialmente com as Instituições parceiras e/ou previstas em Contratos; • Captação de novas tranches de funding através das plataformas contratadas, onde a FACTA CFI possui linhas de crédito "em aberto"; • Captação de funding através da colocação no mercado, que se demonstra com interesse, de DPGEII, para o qual a FACTA CFI já tem lastro garantidor registrado e disponível no FGC. Ainda, como medida contingencial, está previsto no plano de contingência de liquidez, em casos necessários, a redução e/ou interrupção na concessão de novas operações de crédito. Os acionistas mantêm o compromisso de aporte de capital necessário para manutenção da operação da Companhia. III - Risco de Mercado - A Instituição emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Dentro desta linha a Instituição nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral. IV - Risco Operacional - A Instituição adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio. A implantação dos processos e aprimoramento de sua operação foi realizada ao longo dos últimos anos, com a implantação de diversos controles/meios para revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes. Instrumentos Financeiros: A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.			
Nota 24. Estrutura de Gestão de Capital: Com objetivo de manter capital suficientemente prudente, utilizando as melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento dos riscos, a Instituição apresenta a Estrutura de Gestão de Capital que estabelece padrões mínimos para o processo de avaliação da adequação de capital compreendendo todos os riscos relevantes que a Instituição esteja exposta. A estrutura deve, ainda, planejar de forma consistente as necessidades futuras de capital, levando em consideração simulações em condições extremas e mensuração dos respectivos impactos. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e III - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. A estrutura de gerenciamento de capital prevê: I - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE. Utilização do modelo de risco para cada cenário de estresse, verificando-se a performance da carteira, calculando-se a perda máxima sobre o capital próprio e identificando assim, o pior dos cenários construídos. Para a determinação dessa perda realiza-se uma combinação entre o risco de contraparte, o risco de mercado e o risco operacional calculado com base na metodologia do Método do Indicador Básico (BIA) fornecida pelo Banco Central do Brasil – BACEN; e II - Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital que			
estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição. O Diretor responsável pelo Gerenciamento de Capital deve avaliar a necessidade de capital e, sempre que necessário, atuará proativamente, apresentando metas e objetivos estratégicos, com base no cenário econômico. Nota 25. Eventos Subsequentes: De acordo com pronunciamento técnico CPC24, a diretoria ratifica que não houve eventos subsequentes entre a data do balanço e finalização dos trabalhos de auditoria.			
Diretoria			
Evaldo Francisco da Rosa - Diretor Presidente Everton Francisco da Rosa - Diretor Executivo			
Contadora			
Claudia Santos Bobsin - RS - CRC 069.428/O-5			
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras			
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Facta Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Facta Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Apresentação não comparativa: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2026			
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1 Rafael Dominguez Barros - Contador CRC 1SP-208.108/O-1			

PUBLICIDADE LEGAL

Granja Mangueira Agropecuária S/A CNPJ 96.013.693/0001-26
NIRE 43 3 0001033 3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os senhores Acionistas da Granja Mangueira Agropecuária S/A convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 24 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Localidade de Curral Alto, BR 471, KM 590, no município de Santa Vitória do Palmar, RS, quando os senhores Acionistas serão chamados a deliberar sobre as matérias constantes na seguinte ordem do dia: (I) Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração e das demonstrações contábeis e financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Destinação do resultado do exercício. Santa Vitória do Palmar, RS, 13 de abril de 2026. Fernando Schild Ribeiro - Diretor. Milton Martins Moraes Filho - Diretor.

Conecte sua marca
a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade*
e alcance líderes de opinião com
a força da multiplataforma
do JC.

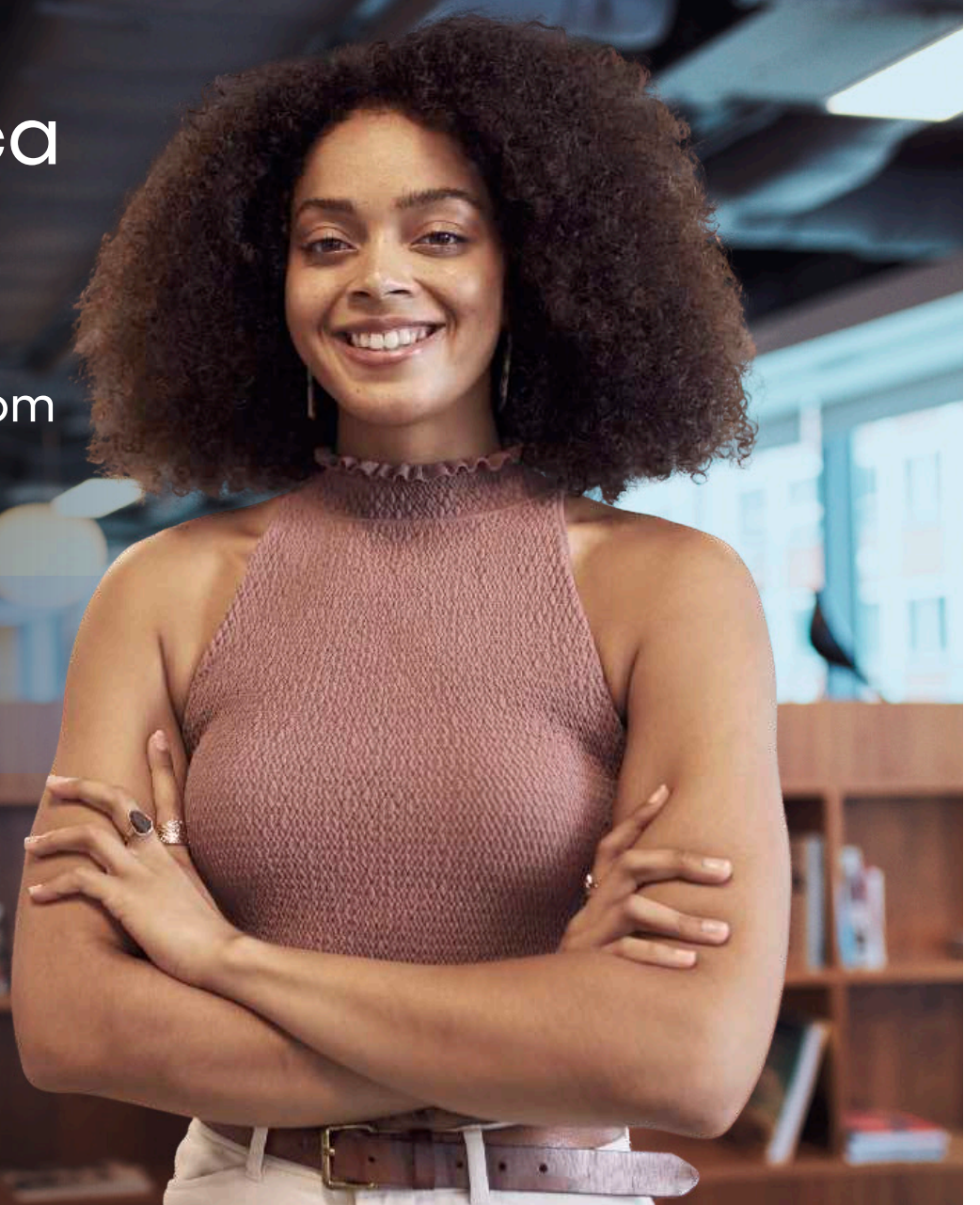
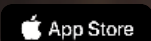
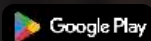


Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC


Jornal do Comércio 92 ANOS
O jornal de economia e negócios do RS

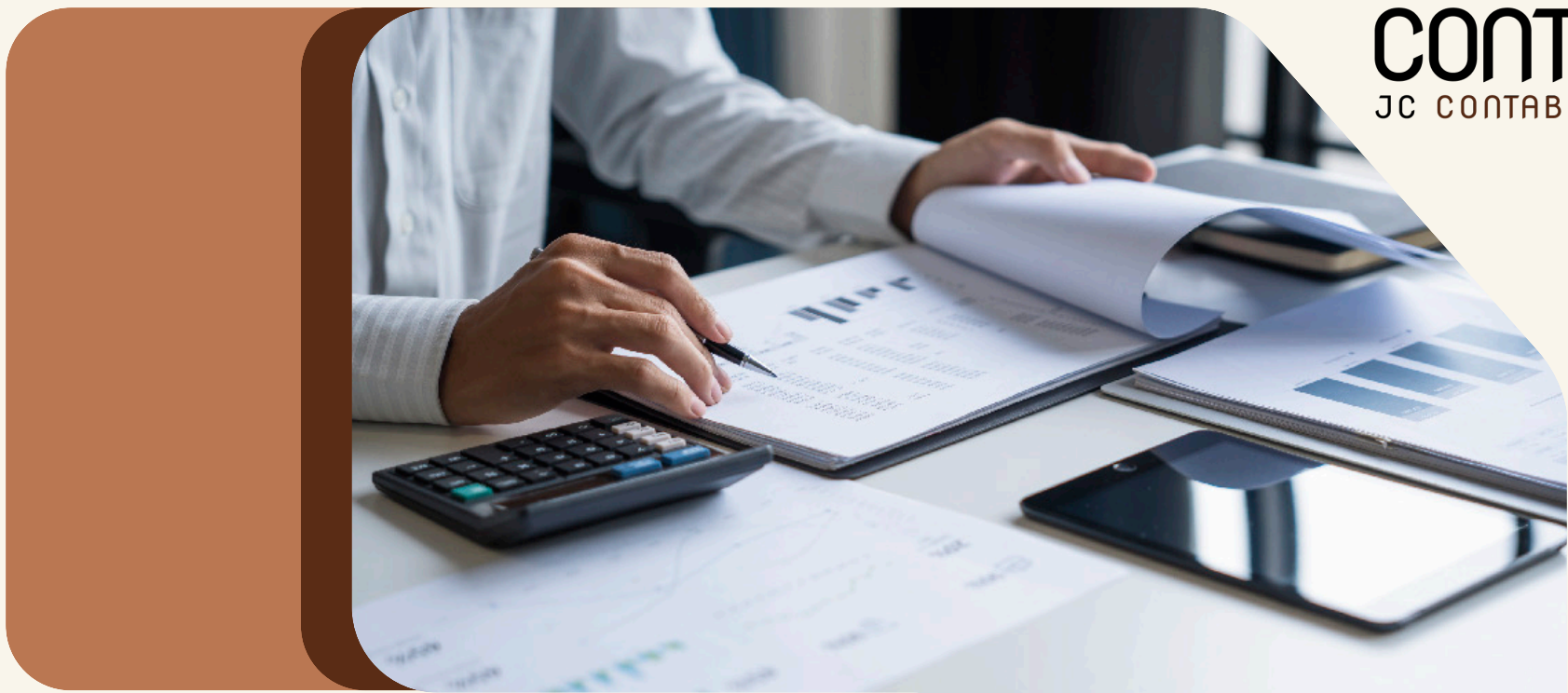
Siga nossas redes sociais:      

Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A. CNPJ nº 93.138.204/0001-74 • NIRE 43300030482.
Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os Srs. acionistas para reunir-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 16:30 horas do dia 30/04/2026, na sede social da Companhia, localizada na Av. 1º de Maio, nº 1109, Bairro das Rosas, na Cidade de Estância Velha/RS, CEP 93.601-640, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício, Demais Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social de 2025; 2) Destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados conforme previsto no art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/1976.
 Estância Velha/RS, 13 de abril de 2026.
 A Diretoria 



CONTAB
 JC CONTABILIDADE

A contabilidade como **ferramenta estratégica** na gestão empresarial.




Assine o JC

Assine o Jornal do Comércio, tenha acesso ao JC Contabilidade e acompanhe análises e informações que impactam o seu negócio.

JC Contabilidade. Toda quarta-feira, no Jornal do Comércio.

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

AGROSETA S.A. CNPJ nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132.
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária: Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:30 horas do dia 30/04/2026, na sede social da Companhia, localizada na Av. 1º de Maio, nº 1111, Bairro das Rosas, na Cidade de Estância Velha/RS, CEP 93.601-640, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício, Demais Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social de 2025; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados conforme previsto no art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/1976.
 Estância Velha/RS, 13 de abril de 2026.
 A Diretoria 



Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
 O ALCANCE QUALIFICADO
 QUE A SUA MARCA PRECISA



Escaneie
 o **QRCode**
 e entre em
 contato

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

SETA S.A. EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA CNPJ nº 89.717.268/0001-52 • NIRE 43300002730.
Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 16:00 horas do dia 30/04/2026, na sede social da Companhia, localizada na Av. 1º de Maio, nº 1109, Bairro das Rosas, na Cidade de Estância Velha/RS, CEP 93.601-640, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício, Demais Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social de 2025; 2) Destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados conforme previsto no art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/1976.

Estância Velha/RS, 13 de abril de 2026.
 A Diretoria



Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco
na informação e
decida com confiança.



ENTRE EM CONTATO E ASSINE

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

Vibra Agroindustrial S.A.
CNPJ 93.586.303/0001-19
NIRE 43.3.0004857-8



Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos a V. Sas., o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Montenegro, RS, 15 de abril de 2026.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

I - Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	114.678	85.169	115.856	87.288
Aplicações financeiras	4.990	4.389	4.990	4.389
Contas a receber de clientes	403.094	451.044	372.920	420.379
Estoques	263.716	231.193	288.084	249.725
Ativo biológico	123.852	131.282	123.852	131.282
Tributos a recuperar	215.022	170.220	215.133	170.286
Adiantamentos a fornecedores	4.131	4.650	4.280	4.650
Outros ativos	6.813	1.564	7.376	2.135
Imobilizado disponível para venda	6.702	-	6.702	-
Instrumentos financeiros derivativos	11.412	-	11.412	-
Total do ativo circulante	1.154.410	1.079.511	1.150.605	1.070.134
Não circulante				
Aplicações financeiras	257	585	257	585
Tributos a recuperar	34.454	38.178	34.454	38.178
Impostos diferidos	162.033	193.113	163.036	193.113
Depósitos judiciais	2.712	3.068	2.712	3.068
Outros ativos	59	68	59	68
Ativo biológico	119.947	100.381	119.947	100.381
Imobilizado	660.499	632.947	660.519	632.977
Propriedade para investimento	9.544	-	9.544	-
Intangível	70.093	66.053	70.093	66.053
Direito de uso	4.262	3.227	4.262	3.227
Total do ativo não circulante	1.063.860	1.037.620	1.064.883	1.037.650
Total do ativo	2.218.270	2.117.131	2.215.488	2.107.784

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Fornecedores	323.315	303.564	323.398	303.930
Empréstimos e financiamentos	497.132	551.010	497.132	551.010
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	7.184	15.079	7.438	15.089
Tributos e contribuições a recolher	3.027	3.205	3.027	3.205
Salários e encargos sociais	60.838	50.618	61.016	50.820
Adiantamento de clientes	17.827	23.156	20.260	23.156
Dividendos	-	4.256	-	4.256
Passivo de arrendamento	1.353	722	1.353	722
Outros passivos	7.450	3.376	7.731	3.791
Instrumentos financeiros derivativos	1.373	20.538	1.373	20.538
Total do passivo circulante	919.499	975.524	922.728	976.517
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	493.980	511.239	493.980	511.239
Provisões para litígios	16.342	12.455	16.342	12.455
Passivo a descoberto controladas	6.011	10.340	-	-
Passivo de arrendamento	3.181	2.571	3.181	2.571
Outros passivos	275	3.661	275	3.661
Receitas diferidas	1.502	1.671	1.502	1.671
Total do passivo não circulante	521.291	541.937	515.280	531.597
Patrimônio líquido				
Capital social	646.500	646.500	646.500	646.500
Reserva de lucro	128.004	-	128.004	-
Prejuízo acumulado	-	(49.450)	-	(49.450)
Ajustes de avaliação patrimonial	2.276	2.822	2.276	2.822
Outros resultados abrangentes	700	(202)	700	(202)
Total do patrimônio líquido	777.480	599.670	777.480	599.670
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.218.270	2.117.131	2.215.488	2.107.784

II - Demonstrações dos Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	3.444.220	3.275.511	3.446.546	3.317.340
Custo dos produtos vendidos	(2.666.769)	(2.406.054)	(2.661.313)	(2.443.391)
Lucro bruto	777.451	869.457	785.233	873.949
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(364.755)	(335.581)	(364.780)	(335.683)
Despesas gerais e administrativas	(141.450)	(134.828)	(146.435)	(140.160)
Outras receitas	-	-	-	-
(despesas) operacionais	48.041	(3.693)	48.041	(3.693)
Equivalência patrimonial	3.427	(4.735)	-	-
Impairment sobre ativos financeiros	(468)	(481)	(468)	(4.183)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	322.246	390.139	321.591	390.230
Despesas financeiras	(184.497)	(309.622)	(184.571)	(309.703)
Receitas financeiras	111.566	134.173	111.567	134.173
Resultado financeiro, líquido	(72.931)	(175.449)	(73.004)	(175.530)
Resultado antes dos impostos	249.315	214.690	248.587	214.700
Imposto de renda e contribuição social corrente	(21.127)	(42.203)	(21.402)	(42.213)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(31.080)	(10.476)	(30.077)	(10.476)
Resultado líquido do exercício	197.108	162.011	197.108	162.011

III - Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	197.108	162.011	197.108	162.011
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	902	(1.573)	902	(1.573)
Total dos resultados abrangentes do exercício	198.010	160.438	198.010	160.438

IV - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Outros resultados abrangentes
Saldos em 01 de janeiro de 2024	646.500	-	-	2.944	(211.583)	1.371
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	162.011	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(122)	122	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(1.573)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	646.500	-	-	2.822	(49.450)	599.670
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	197.108	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(546)	546	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	902
Reserva legal	-	7.382	-	-	(7.382)	-
Retenção de lucros	-	-	120.622	-	(120.622)	-
Dividendos	-	-	-	-	(20.200)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	646.500	7.382	120.622	2.276	-	700

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Outros resultados abrangentes
Saldos em 01 de janeiro de 2024	646.500	-	-	2.944	(211.583)	1.371
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	162.011	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(122)	122	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(1.573)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	646.500	-	-	2.822	(49.450)	599.670
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	197.108	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(546)	546	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	902
Reserva legal	-	7.382	-	-	(7.382)	-
Retenção de lucros	-	-	120.622	-	(120.622)	-
Dividendos	-	-	-	-	(20.200)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	646.500	7.382	120.622	2.276	-	700

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional
A Vibra Agroindustrial S.A. ("Companhia" ou Controladora) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É constituída por ações ordinárias nominativas, regida pelas disposições contidas no seu estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, com sua sede social estabelecida na Rodovia RS 124, Km 02, no Bairro Estação, Montenegro/RS. A Companhia é composta por 18 unidades distribuídas em quatro estados brasileiros, sendo: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais, tendo como atividades principais a criação de matrizes de aves (galinhas) e a criação e abate de frangos com a finalidade de comercialização de proteína de frango. A Companhia possui como marcas: Nat e Avia (alimentos de frango congelados e resfriados).

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas incluem, além das operações individuais da Controladora no Brasil, as atividades da sua controlada Vibra Food Trading LLC nos Emirados Árabes Unidos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da controladora e sua controlada em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

3. Políticas Contábeis Materiais

a) As presentes Demonstrações contábeis compreendem o período de atividade iniciada em 01 de janeiro de 2025 e encerrada em 31 de dezembro de 2025.

b) A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). Para contratos nacionais, esse fato ocorre geralmente no momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos de vendas internacionais, a entrega é reconhecida, geralmente, no momento em que os produtos são carregados no navio de transporte, no porto de origem, observado o Incoterm aplicado na operação.

c) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

d) As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. O prazo

médio de vencimento das contas a receber no mercado interno é inferior a 90 dias e não requer ajuste a valor presente.

e) Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Matérias-primas, produtos químicos, embalagens e materiais de manutenção e consumo - custo médio de aquisição. Produtos acabados - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Os ativos biológicos consumíveis são aqueles representados por aves em campo, para abate e ovos incubáveis, a Companhia entende que o valor justo está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais. Os ativos biológicos para a produção, representados por matrizes, estão classificados como ativo permanente. Durante o período de recria, que compreende o período de 0 a 24 semanas, aproximadamente seis meses, além dos custos de aquisição, são alocados os custos mão de obra, ração e medicamentos. Após o período de recria, os ativos passam a ser exauridos durante o seu ciclo produtivo, aproximadamente 10 meses, com base no número estimado de ovos produzidos.

g) Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência.

i) Empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, compostos por financiamentos do Ativo Imobilizado, Adiantamentos de Contratos de Câmbio, Pré-Pagamento de Exportação, Notas de Crédito à Exportação (NCE's), Capital de Giro e Custeio, após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo são risco da Companhia, ou seja, sem avalis ou garantias dos sócios e administradores, e sem covenants financeiros. Os contratos de ativo permanente possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos. Os contratos de curto prazo são também sem garantias, exceto em casos de linhas subsidiadas, quando o próprio bem objeto do financiamento poderá ser a garantia.

Decréscimo (acréscimo) em ativos

Contas a receber de clientes	37.085	(64.998)	36.614	(56.809)
Estoques	(32.523)	(34.591)	(38.359)	(47.570)
Ativo biológico	7.430	(14.653)	7.430	(14.653)
Tributos a recuperar	(40.535)	6.836	(40.580)	7.043
Varição de outros ativos circulantes	(4.365)	(1.031)	(4.509)	969
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	20.602	32.550	20.319	36.681
Obrigações trabalhistas	10.220	18.371	10.197	18.373
Obrigações fiscais	(29.199)	(26.654)	(29.232)	(26.816)
Adiantamento de clientes	(5.329)	15.901	(2.896)	15.901
Dividendos pagos	518	2.771	1.287	(549)

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

Juros pagos	431.080	487.303	430.135	484.388
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(87.768)	(129.863)	(87.768)	(129.863)

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Acréscimo do imobilizado	(86.690)	(52.142)	(86.686)	(52.180)
Acréscimo do ativo biológico	(162.302)	(141.383)	(162.302)	(141.383)
Aquisição de intangível	(5.409)	(71)	(5.409)	(71)
Venda do imobilizado	(251)	629	(251)	629
Outros Investimentos	328	(402)	328	(402)

Caixa líquido usado nas atividades de investimento

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A. CNPJ/MF 89.772.065/0001-69 - NIRE 43 3 0001921-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Srs. Acionistas da METALÚRGICA HASSMANN S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas, cumulativamente, no dia **27 de abril de 2026**, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Av. Dr. Ito João Snel, 178, em Imigrante - RS (CEP 95885-000), com a seguinte ordem do dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; 1.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos e ou pagamento de juros sobre o capital próprio do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 1.3. Fixar a remuneração mensal global dos Administradores para o Exercício Social de 2026.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1. Aumento do Capital Social da Companhia de R\$ 358.030.688,10 (trezentos e cinquenta e oito milhões, trinta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e dez centavos), para R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), mediante a incorporação de R\$ 1.969.311,90 (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e onze reais e noventa centavos), da Conta Reserva de Lucros, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. 2.2. Deliberar sobre a atualização do "Código e Descrição da Atividade Econômica Principal" - CNAE - da Filial da Companhia. Objetivando a otimização dos trabalhos preparatórios às Assembleias Gerais ora convocadas, vai recomendado aos Srs. Acionistas que pretendem se fazer representar através de mandatário com poderes especiais, que depositem na sede social da Companhia, ou enviem através do contato eletrônico para silvio@hassmann.com.br, no máximo até cinco (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias, o respectivo instrumento de Mandato. A Companhia informa também que aceitará, excepcionalmente, para essas Assembleias Gerais, como forma de facilitar a participação dos seus Acionistas, instrumento de Mandato sem reconhecimento de firma, notariação ou consularização. O Acionista ou o seu representante legal, deverá comparecer às Assembleias Gerais munido de documentos que permitam comprovar a sua identidade, sob pena de não lhes ser autorizada a participação nas mesmas. Em atendimento ao artigo 133, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), vai comunicado que os documentos e as informações relativos às matérias a serem deliberadas pelas Assembleias Gerais, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Imigrante/RS, 15 de abril de 2026.

Metalúrgica Hassmann S.A. - Carlos Hassmann - Presidente do Conselho de Administração

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham fo

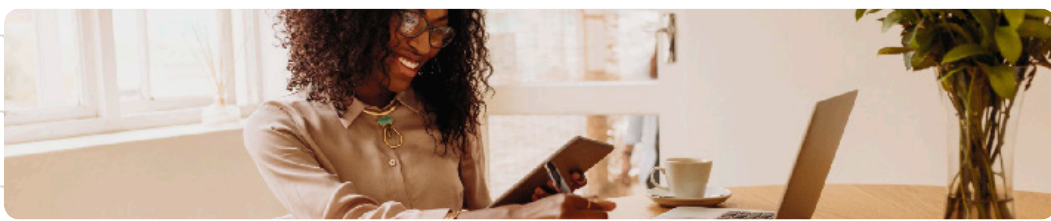
Você no **GeraçãoE**



Toda
quinta-feira
no seu JC



Anuncie



vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

vozes que ganham força e sonhos que encontram caminhos

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MULTI S.A. CNPJ nº 88.037.668/0001-54 - NIRE 43300025381
 Carlos Barbosa - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 08h00min (oito horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia BR-470/RS, Km 230, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95.185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scmazzon** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
**O CONTEÚDO
 QUE FAZ
 A DIFERENÇA
 NO SEU
 DIA A DIA.**

Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA
 CNPJ nº 90.049.792/0001-81 – NIRE 43300011658 – Garibaldi – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 09h00min (nove horas), na sede social da Companhia localizada na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95.720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária.
 Garibaldi, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scomazzon** - Presidente do Conselho de Administração

Foco
 no que
**realmente
 importa.**



ASSINE ACORA

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS

Hassmann S.A. METALÚRGICA HASSMANN S.A.
CNPJ nº 89.772.065/0001-69 – NIRE nº 43 3 0001921 7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da METALÚRGICA HASSMANN S/A, tem a satisfação de apresentá-los a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2025. As vendas atingiram 17,4 mil toneladas de produtos no exercício de 2025. A receita operacional líquida alcançou R\$ 436,0 milhões no período. A margem bruta (lucro bruto dividido pela receita operacional líquida de vendas) ficou em 31,23% no ano de 2025. A Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 72,085 milhões neste período, representando R\$ 1.101,46 por ação. Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 415,988 milhões, representando um valor patrimonial de R\$ 6.356,30 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 63,390 milhões no exercício. Na dívida bruta da Companhia não existe qualquer tipo de financiamento bancário, composta unicamente por débitos de funcionamento: fornecedores, provisão de tributos, salários, encargos e acionistas. Sugere a administração a distribuição do dividendo estatutário e remuneração de juros sobre o Capital Próprio o valor de R\$ 32,201 milhões. Os administradores por unanimidade de votos deliberaram sobre a concordância com as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício social. A Administração da METALÚRGICA HASSMANN S.A. reafirma seu objetivo de manter o crescimento sustentável da Companhia, trabalhar pela sua constante afirmação no mercado como uma empresa socialmente responsável, de excelência, e governança. Aproveita ainda para agradecer aos Clientes, Fornecedores e Colaboradores pela dedicação, comprometimento e escolha no relacionamento. Reconhece aos Acionistas e externa os mais sinceros agradecimentos pela confiança depositada no agora e no futuro. Outrossim e finalmente, em cumprimento aos dispositivos legais e do Estatuto Social, nós membros da administração, divulgamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da METALÚRGICA HASSMANN S.A., de qualquer forma, continuamos à disposição dos(as) senhores(as), para esclarecer dúvidas que eventualmente decorram da interpretação dos instrumentos contábeis ora apresentados. Imigrante/RS, 31 de março de 2026. CARLOS HASSMANN - Diretor Presidente da Companhia e Presidente do Conselho de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais - R\$ mil)					
ATIVO	NE	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CIRCULANTE		348.965	343.507	354.950	345.260
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	113.021	90.908	117.757	96.934
Clientes	5a	52.552	73.875	47.636	62.264
Adiantamentos		1.392	1.064	1.790	1.064
Estoques	6	176.651	174.686	182.185	181.741
Impostos a Recuperar	7	4.473	2.104	4.600	2.247
Despesas Antecipadas		876	870	982	1.010
NÃO CIRCULANTE		246.515	138.501	241.029	136.748
Ativos Financeiros ao Valor Justo	18	43.595	29.726	43.595	29.726
Impostos a Recuperar	7	1.096	948	1.096	948
Outros Créditos		833	68	984	239
Investimentos	8	6.509	2.521	572	123
Imobilizado	9	194.482	105.238	194.782	105.712
TOTAL DO ATIVO		595.480	482.008	595.979	482.008

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO					
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em reais - R\$ mil)						Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em reais - R\$ mil)					
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	NE	Controladora		Consolidado		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a destinar	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
		2025	2024	2025	2024						
Receita Líquida de Vendas	14	418.692	401.546	436.612	408.686	220.000	21.755	107.122	7.793	-	356.650
Custo dos Produtos Vendidos	15	(293.208)	(275.802)	(300.279)	(278.077)	40.000	-	(40.000)	-	-	-
Resultado Bruto		125.484	125.744	136.333	130.609	-	-	-	7.330	-	7.330
Recargas (Despesas) Operacionais						-	-	-	574	-	574
Despesas com Vendas	15	(18.520)	(16.826)	(20.530)	(18.538)	-	-	-	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	15	(34.071)	(30.348)	(37.567)	(33.361)	-	-	-	-	-	-
Outras Recargas (Despesas)	15	1.332	2.885	1.332	2.885	-	3.695	-	-	(3.695)	-
Resultado Equivalência Patrimonial	8	4.195	138	-	-	-	-	(6.706)	-	(6.706)	-
Resultado Antes do IRPJ e CSLL		89.374	98.282	90.517	98.282	-	-	-	-	-	-
Financeiro		78.420	81.593	79.568	81.595	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		78.420	81.593	79.568	81.595	-	-	-	-	-	-
Recargas Financeiras	16a	(5.885)	(1.671)	(5.890)	(1.673)	-	-	-	-	-	-
Despesas Financeiras	16b	10.954	16.689	10.949	16.687	-	-	-	-	-	-
Resultado Antes do IRPJ e CSLL		89.374	98.282	90.517	98.282	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	17	(17.289)	(24.397)	(18.432)	(24.397)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		72.085	73.885	72.085	73.885	358.031	29.034	4.436	24.487	-	415.988

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A METALÚRGICA HASSMANN S.A., com sede na cidade de Imigrante/RS, atua na industrialização e comercialização de artefatos metalúrgicos de fixação, atendendo, principalmente, os mercados automotivo, agrícola, de caminhões e de máquinas pesadas. A Companhia foi constituída em 1955 e transformada em sociedade anônima em 1971. A entidade é controladora da Hassmann Fasteners Internacional LLC localizada em Tampa, Flórida, Estados Unidos. **a) Incorporação da TECNOCOAT – Tratamento Superficial de Metais Ltda.:** Durante o exercício de 2025, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2025, a incorporação da TECNOCOAT – Tratamento Superficial de Metais Ltda., operação que teve como data base de avaliação o Balanço Patrimonial Especial de 30 de abril de 2025 e produziu efeitos societários e contábeis a partir de 1º de junho de 2025. Em decorrência da incorporação, a incorporada foi extinta, tendo a Companhia sucedido a totalidade de seus ativos, passivos, direitos e obrigações, passando a integrar também as atividades de tratamento e revestimento de metais e serviços correlatos ao seu objeto social. **Patrimônio líquido incorporado:** O patrimônio líquido incorporado totalizou R\$ 58.031, conforme laudo de peritos independentes, não tendo sido identificados ativo ou deságio na operação.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **b) Moeda Funcional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais - moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. **c) Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 30 de março de 2026. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2025. As contas de Receitas e Despesas foram apropriadas no resultado pelo regime de competência. As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com a sua controladora. **3.1. Receita:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. As devoluções e descontos incondicionais são reconhecidos e deduzidos das receitas de vendas brutas já registradas. As receitas são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 47. **3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os saldos bancários, aplicações financeiras e fundo fixo em moeda nacional. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos. As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. **3.3. Títulos a Receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As contas a receber de clientes de mercado externo são reconhecidas à taxa do câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A redução ao valor recuperável "modelo de perdas em crédito esperadas", através do NBC TG 48, exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida da carteira de clientes e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. **3.4. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável em conformidade com a NBC TG 16. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques obsoletos ou para realização são avaliadas a cada data do balanço patrimonial e consistem em quantias consideradas necessárias pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos estoques. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio, custos logísticos e de importação. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos, mão-de-obra direta e outros custos diretos. **3.5. Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial em conformidade com a NBC TG 18. Nesse método, a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado operacional. As práticas contábeis adotadas pela sociedade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial, e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou construção em conformidade com a NBC TG 27. A depreciação é reconhecida pelo método linear que leva em consideração o tempo da vida útil estimada desses bens, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Companhia mantém seu parque fabril em constante modernização e renovação, assim avaliou seu ativo e não há sinal de desvalorização.

3.7. Recuperabilidade de Ativos não Monetários: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme a NBC TG 01. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social: Os impostos de Renda e a Contribuição Social quando incidentes são apurados com base no Lucro Real Anual, pelas alíquotas vigentes no exercício, com recolhimentos antecipados mensais com base no balancete de suspensão e redução. **3.8.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório. **3.9. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativos financeiros não circulantes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ajuste de avaliação patrimonial conforme demonstrado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar.

3.10. Julgamentos e Estimativas Contábeis: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e as estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.11. Ativos e Passivos contingentes:** A Companhia avalia a provisão para litígios envolvendo causas cíveis, tributárias e trabalhistas em conformidade com a NBC TG 25. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências, bem como, a avaliação do jurídico interno e externo. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. **3.12. Procedimento de consolidação:** Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com a companhia investida registrados por equivalência patrimonial são eliminados integralmente contra o investimento na Companhia controladora, bem como o saldo de investimento é eliminado contra o patrimônio líquido da controladora. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não apresente evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Caixa e equivalentes de caixa assim são compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	113.021	90.908	117.757	96.934
Banco conta movimento	1.262	605	5.998	6.632
Aplicações Financeiras (a)	111.755	90.302	111.755	90.301
TOTAL	113.021	90.908	117.757	96.934

(a) Aplicações financeiras na controladora e consolidado, remuneradas em média 102% a 108% em 2025 e a 99% a 104,00% do CDI (Certificado depósito Interbancário) em 2024 com possibilidade de resgate imediato sem alteração significativa dos valores de resgate.

5. CLIENTES: a) Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	30.125	46.595	30.125	46.595
Clientes no País	11.701	9.211	17.511	15.669
Clientes no Exterior	18.424	17.384	12.614	10.926
Clientes no Exterior Partes Relacionadas (b)	10.726	18.069	-	-
TOTAL	52.552	73.875	47.636	62.264

O saldo da conta "Clientes" inclui valores vencidos no final do exercício e representa 1,40% do valor a receber, para os quais a Companhia não constituiu uma provisão para perdas esperadas, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis. O período médio de crédito na venda de produtos na controladora é de 48 dias (50 dias em 2024). A Companhia tem política de constituir uma provisão para os créditos duvidosos quando identificar indicativos de não realização dos saldos ativos.

b) Transações com Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Balanço Patrimonial	10.726	18.069	-	-
Contas a receber	2025	2024	2025	2024
Demonstração do Resultado	42.600	33.514	-	-
Vendas de mercadorias	42.600	33.514	-	-

As transações comerciais praticadas com a parte relacionada Hassmann Fasteners Internacional LLC seguem políticas de preços e prazos específicos que consideram o volume das transações e inexistência de riscos de crédito. As contas a receber referem-se à exportação de produtos industrializados para revenda, não havendo contratos entre mútuos.

6. ESTOQUES: Os estoques estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Estoque	76.692	72.614	76.692	72.614
Matéria Prima	43.189	42.718	48.723	49.773
Produtos Acabados	13.697	17.886	13.697	17.886
Produtos em Elaboração	41.533	39.922	41.533	39.922
Ferramentas e Peças Manutenção	878	867	878	867
Adiantamento Fornecedores	1.564	1.338	1.564	1.338
Outros Materiais	(902)	(659)	(902)	(659)
(-) Prov. Perda Estoques	176.651	174.686	182.185	181.741

milhões, representando um valor patrimonial de R\$ 6.356,30 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 63,390 milhões no exercício. Na dívida bruta da Companhia não existe qualquer tipo de financiamento bancário, composta unicamente por débitos de funcionamento: fornecedores, provisão de tributos, salários, encargos e acionistas. Sugere a administração a distribuição do dividendo estatutário e remuneração de juros sobre o Capital Próprio o valor de R\$ 32,201 milhões. Os administradores por unanimidade de votos deliberaram sobre a concordância com as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício social. A Administração da METALÚRGICA HASSMANN S.A. reafirma seu objetivo de manter o crescimento sustentável da Companhia, trabalhar pela sua constante afirmação no mercado como uma empresa socialmente responsável, de excelência, e governança. Aproveita ainda para agradecer aos Clientes, Fornecedores e Colaboradores pela dedicação, comprometimento e escolha no relacionamento. Reconhece aos Acionistas e externa os mais sinceros agradecimentos pela confiança depositada no agora e no futuro. Outrossim e finalmente, em cumprimento aos dispositivos legais e do Estatuto Social, nós membros da administração, divulgamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da METALÚRGICA HASSMANN S.A., de qualquer forma, continuamos à disposição dos(as) senhores(as), para esclarecer dúvidas que eventualmente decorram da interpretação dos instrumentos contábeis ora apresentados. Imigrante/RS, 31 de março de 2026. CARLOS HASSMANN - Diretor Presidente da Companhia e Presidente do Conselho de Administração.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE					
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em reais - R\$ mil)					
	NE	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		72.085	73.885	72.085	73.885
Outros Componentes do Resultado Abrangente		8.790	7.904	8.790	7.904
Resultado abrangente do exercício		80.875	81.789	80.875	81.789

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em reais - R\$ mil)

	NE	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL		89.374	98.282	89.374	98.282
Ajustes p/reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciações	9	13.636	11.268	13.734	11.420
Resultado de equivalência patrimonial	8	(5.339)	(138)	(243)	(146)
Provisão para obsolescência	6	(243)	(146)	-	-
Lucro do Exercício Ajustado		97.428	109.266	102.865	109.556

(Aumento) redução nos ativos/passivos operacionais:

	2025	2024	2025	2024
(Aumentos) Redução Contas a Receber	7.343	(3.919)	-	-
Parte Relacionada	193	(23.459)	1.420	(26.170)
(Aumentos) Redução Estoques	4.221	1.105	3.966	1.343
(Aumentos) Redução Outros Ativos	(88)	9.689	(7)	9.390
Aumento (Redução) Fornecedores	(1.581)	1.262	(1.558)	1.262
Imposto de Renda e Contribuições Sociais pagos	(16.607)	(24.935)	(17.750)	(24.935)
Aumento (Redução) Outros Passivos	153	435	104	467
Caixa líquido gerado pelas ativ. operacionais	108.576	62.455		

»»» Continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS** - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em reais - R\$ mil)

Estão assim demonstradas as taxas médias de depreciação de cada grupo do ativo imobilizado:

	Taxa média de depreciação (% ao ano)	
	2025	2024
Máquinas e equipamentos, Instalações e Móveis e utensílios.....	10%	10%
Veículos, Equipamentos de TI.....	4%	4%
Veículos, Equipamentos de TI.....	20%	20%

A Administração avalia anualmente a recuperabilidade do ativo imobilizado, conforme NBC TG 01. Em 31 de dezembro de 2025, o teste realizado indicou que o valor recuperável excede o valor contábil, não sendo necessário reconhecer perda por redução ao valor recuperável.

10. FORNECEDORES:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores no País.....	20.392	22.928	20.392	22.928
Fornecedores no Exterior.....	608	1.692	1.092	1.642
TOTAL	20.998	24.620	21.474	24.570

O prazo médio de pagamento de fornecedores em 31 de dezembro 2025 na controladora é de 68 dias (58 dias em 2024).

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER: Os impostos e contribuições a recolher saldo com vencimento no exercício de 2025 apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IPI a Recolher.....	1	182	1	182
ICMS a Recolher.....	165	1.737	165	1.737
IRRF a Recolher.....	808	648	808	648
IRPJ e CSLL.....	18	546	41	546
Outros impostos a recolher.....	42	30	42	30
TOTAL	1.034	3.143	1.057	3.143

12. ATIVO NÃO CIRCULANTE: Em conformidade com a Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025, a administração deliberou, em Assembleia Geral realizada em 17/12/2025 a distribuição de lucros acumulados no valor de R\$ 97.533 creditados em conta de passivo a favor dos acionistas. Visto que a expectativa de pagamento efetivo (disponibilidade financeira ou conversão em ações) ocorrerá após 12 meses do encerramento deste exercício, e visando o enquadramento na regra de transição isenta da Lei 15.270, tais valores foram classificados no Passivo Não Circulante. Sobre os lucros creditados não incidirá a retenção na fonte de 10% com realização entre os exercícios de 2026 e 2028.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 13.a. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 358.031 (R\$ 260.000 em 2024), totalmente integralizado, representado por 65.445 ações nominativas, sem valor nominal (57.584 ações em 2024), sendo 55.111 ações ordinárias (47.250 em 2024) e 10.334 ações preferenciais (10.334 em 2024), nos termos do Estatuto Social. A variação do capital social no exercício decorre (i) da capitalização de R\$ 40.000 do saldo de reserva de lucros existente em 31 de dezembro de 2024, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2025, e (ii) da incorporação da totalidade do patrimônio da Tecnocoat – Tratamento Superficial de Metais Ltda., aprovada em 31 de maio de 2025, com base em patrimônio líquido contábil de R\$ 58.031, apurado em laudo de avaliação de 30 de abril de 2025, elaborado por avaliadores independentes, tendo resultado na emissão de 7.861 ações ordinárias da Companhia, conforme o Protocolo e Justificativa de Incorporação. **13.b. Reserva Legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **13.c. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Constituído em decorrência de avaliação ao valor justo dos ativos financeiros em certificados, vinculado a instituição financeira em aplicação atrelada a commodities do metal que totaliza R\$ 24.419 (R\$ 15.697 em 2024) líquido dos efeitos dos impostos diferidos como o ajuste de conversão cambial de participação societária na Hassmann Fasteners International no valor de R\$ 69 mil. **13.d. Participações nos resultados:** O saldo a ser distribuído totaliza R\$ 6.926, sendo R\$ 3.049 relativos à participação dos empregados e R\$ 3.877 participação dos administradores. A participação dos empregados foi apurada de acordo com os critérios estabelecidos no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR 2025, com acordo homologado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos da Lei nº 10.101/2000. A participação dos administradores está prevista no Estatuto Social e foi apurada em conformidade com a Lei nº 6.404/1976. **13.e. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores. De acordo com o Estatuto Social é garantido aos acionistas no mínimo 25% de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, na forma da lei 9.249/95, imputados aos dividendos e obedecendo aos termos do art. 202 da Lei 6.404/76. Na AGO de 29/04/2025 foram aprovados além dos juros e dividendos provisionados um complemento de dividendos totalizando R\$ 45.000 com origem da reserva de lucros. Os juros sobre o capital foram contabilizados como despesa financeira para fins fiscais e para atendimento a norma contábil foram apresentados considerados como distribuição de lucro do exercício. Com base no resultado do exercício de 2025 foi apropriado para pagamento aos acionistas o montante de R\$ 33.200 (23.680 em 2024) a título de Juros de capital próprio, apurado de acordo com o artigo 355 do decreto 9.580/2018. Dado que o montante supera o mínimo requerido pela legislação, não houve complemento a título de dividendos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício.....	72.085	73.885	72.085	73.885
Reserva legal - 5%.....	(3.604)	(3.695)	(3.604)	(3.695)
Base de cálculo dos dividendos	68.481	70.190	68.481	70.190
Dividendo Mínimo Obrigatórios (25%).....	(17.120)	(17.548)	(17.120)	(17.548)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio destinados	33.200	23.680	33.200	23.680

14. RECEITA LÍQUIDA: A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vendas Mercado Interno.....	434.448	429.670	434.448	429.670
Vendas Mercado Externo.....	38.431	28.023	79.030	61.537
Vendas Parte Relacionada.....	24.679	26.368	-	-
(-) Impostos sobre vendas.....	(74.588)	(76.793)	(74.588)	(76.793)
(-) Devoluções e abatimentos.....	(2.278)	(5.722)	(2.278)	(5.728)
(=) Receita Operacional Líquida	418.692	401.546	436.612	408.686

15. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses gastos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos das mercadorias vendidas.....	(233.539)	(227.265)	(240.610)	(229.540)
Despesas e Custos com Pessoal.....	(64.491)	(53.577)	(64.491)	(53.577)
Despesas com Transporte/Exportação.....	(10.961)	(9.364)	(12.971)	(11.076)
Participação dos adm. e empregados.....	(6.923)	(7.944)	(6.923)	(7.944)
Despesa e Custo Depreciação.....	(13.636)	(11.268)	(13.734)	(11.420)
Serviços Contratados.....	(15.929)	(13.324)	(19.327)	(16.185)
Publicidade e propaganda.....	(429)	(499)	(429)	(499)
Outras despesas.....	(1.433)	(744)	(1.433)	(744)
Outras Receitas/Processos PIS e COFINS.....	2.874	3.894	2.874	3.894
Total	(344.467)	(320.091)	(357.044)	(327.091)

Estas despesas foram classificadas da seguinte forma na demonstração de resultados (apresentada por função):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos Produtos Vendidos.....	(293.208)	(275.802)	(300.279)	(278.077)
Despesas com Vendas.....	(18.520)	(16.826)	(20.530)	(18.538)
Despesas Gerais e Administrativas.....	(34.071)	(30.348)	(37.567)	(33.361)
Outras Receitas (Despesas).....	1.332	2.885	1.332	2.885
Total	(344.467)	(320.091)	(357.044)	(327.091)

16. RESULTADO FINANCEIRO:

a) **Receitas Financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros/Descontos recebidos.....	27	148	27	148
Rendimento de aplicações financeiras.....	12.487	9.132	12.487	9.132
SELIC Recuperação Impostos.....	1.632	811	1.632	811
Variação cambial ativa.....	2.693	8.269	2.693	8.269
Total	16.839	18.360	16.839	18.360

b) **Despesas Financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Variação cambial passiva.....	(5.804)	(1.597)	(5.804)	(1.597)
Despesas bancárias.....	(63)	(61)	(68)	(63)
Outras despesas.....	(18)	(13)	(18)	(13)
Total	(5.885)	(1.671)	(5.890)	(1.673)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser assim demonstrada bem como a alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos.....	89.374	98.282	90.517	98.282
Alíquota nominal.....	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à taxa nominal	(30.387)	(33.416)	(30.776)	(33.416)

Ajustes para demonstração da taxa efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência Patrimonial.....	1.426	47	-	47
Diferença de tributação exterior.....	0	0	672	-
Juros sobre Capital Próprio.....	11.288	8.051	11.288	8.051
Incentivos fiscais (a).....	335	501	335	501
Benefícios fiscais (PAT).....	502	762	502	762
Participação Result. Admin.....	(969)	(1.022)	(969)	(1.022)
Outras exclusões/adições.....	(39)	(202)	(39)	(202)
Atualização SELIC.....	555	882	555	882
Total IRPJ e CSLL	(17.289)	(24.397)	(18.432)	(24.397)
Alíquota efetiva	19%	25%	20%	25%

A variação da alíquota efetiva no consolidado em relação à controladora decorre, principalmente, da tributação de resultados auferidos por controlada no exterior, os quais estão sujeitos a regras fiscais específicas, bem como diferenças temporárias não dedutíveis no Brasil. Adicionalmente, o impacto de juros sobre capital próprio e incentivos fiscais contribui para a redução da alíquota efetiva na controladora.

CARLOS HASSMANN - Diretor Presidente - CPF 297.702.700-91
ELKA HASSMANN - Diretora Vice-Presidente - CPF 008.954.740-34
PETER HASSMANN - Diretor Administrativo e Industrial - CPF 403.151.850-15
JUNIOR ALEX TONINI - Contador - CRC/RS 084392/O-5 - CPF 013.866.330-03

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. **Acionistas e Diretores METALÚRGICA HASSMANN S/A** Imigrante – RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **METALÚRGICA HASSMANN S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **METALÚRGICA HASSMANN S/A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil

na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

a) Diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Diferenças temporárias sobre ativos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	12.580	7.864	12.580	7.864
Diferido Passivo	12.580	7.864	12.580	7.864

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os valores dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam do valor de mercado. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo Amortizado.....	52.552	73.875	47.636	62.264
Clientes (nota 5).....	(20.998)	(24.620)	(21.474)	(24.570)
Fornecedores (nota 10).....	113.021	90.908	117.757	96.934
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4).....	43.595	18.621	43.595	18.621
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	43.595	18.621	43.595	18.621

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos associados à sua operação:

a) **Valor de mercado:** considerando a natureza, o prazo e as características dos instrumentos financeiros os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. b) **Fatores de risco que podem afetar os negócios:** Risco cambial: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação na cotação das moedas externas, nas quais a companhia realiza operações de compras e vendas, principalmente dólar. A companhia apresenta saldos ativos e passivos em moeda externa o que minimiza potenciais impactos provenientes dessas oscilações. Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: A Administração avalia periodicamente os processos decorrentes do curso normal de suas atividades e constitui provisões quando as perdas são classificadas como prováveis e razoavelmente mensuráveis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados processos judiciais classificados como perda provável, não tendo sido constituídas provisões para contingências no exercício. Em 31 de dezembro de 2024, igualmente não havia processos judiciais classificados como perda provável, nem provisões constituídas para contingências. Os processos judiciais classificados como perda possível totalizavam R\$ 543 mil, para os quais não foi reconhecida provisão.

20. SEGUROS: Face a natureza de suas atividades e Instalações a Companhia adota política de contratar cobertura de seguro. Em 31 de dezembro de 2025 a Metalúrgica Hassmann S/A. disponha das seguintes modalidades de Seguros. Seguro contra incêndio e outros riscos no valor de R\$ 340.100, com cobertura sobre Prédios, Máquinas, Móveis e Utensílios, Instalações, Mercadorias e Matérias Primas e com cobertura de R\$ 135.000 de Lucros Cessantes pela Apólice nº 25.96.0013370.28 Chubb Seguros Brasil S.A., com vigência até 25/01/2026. A Companhia possui um Seguro de Responsabilidade Civil dos Produtos no valor de R\$ 100.000, pela Apólice nº 02852.2024.0051.0351.0011187 de Axá Seguros S.A. com vigência até 10/10/2026. Seguro contra incêndios e outros riscos com vencimento em 25/01/2026 foi renovado por mais um ano.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES: A Administração avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2025 e até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras e não identificou fatos subsequentes que demandassem ajuste ou divulgação adicional.

Imigrante, 31 de março de 2026

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 31 de março de 2026.

Viviane Barcelos Cangussu Machado
 Contadora - CRCRS nº 68.068

Sérgio Laurimar Fioravanti - Contador - CRCRS nº 48.601
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
 CRCRS nº 006706/O CVM 12.360 CNAIPJ 000023



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S.A. CUTELARIA CNPJ nº 90.050.238/0001-14 - NIRE: 43300005071
 Carlos Barbosa - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95.185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scmazzon** - Presidente do Conselho de Administração.

Conecte sua marca a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.

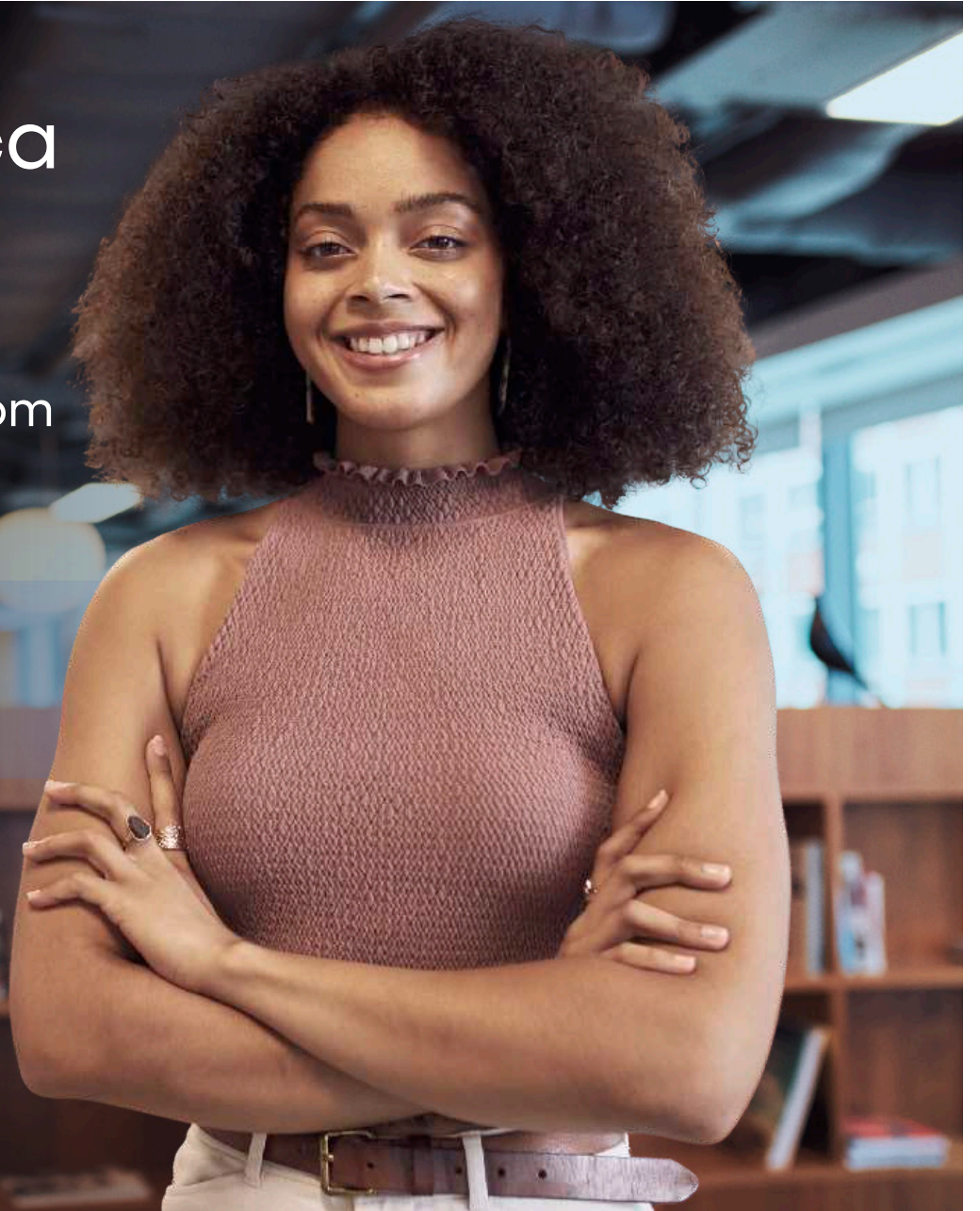
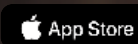


Acesse o QR Code e anuncie no JC

Jornal do Comércio 92 ANOS
 O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:

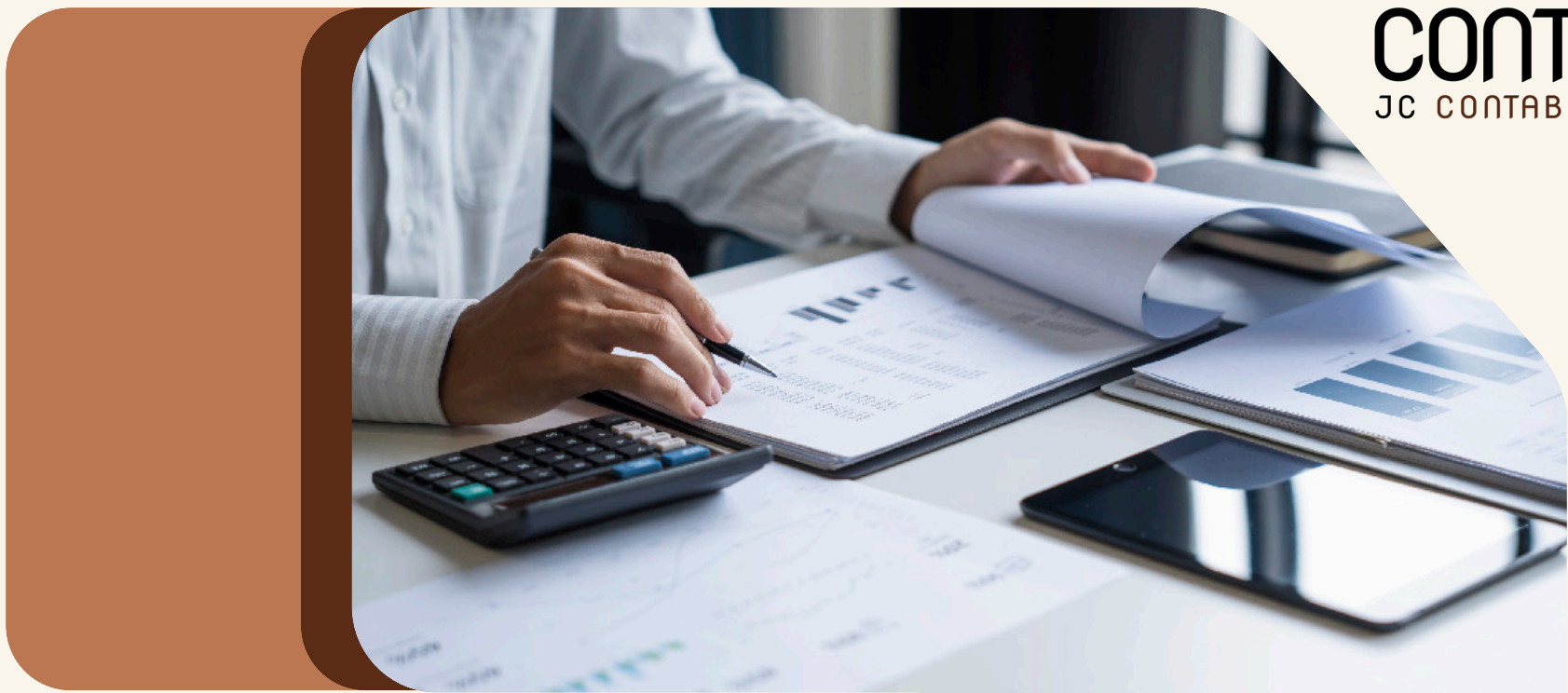
Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S.A. CNPJ 87.834.883/0001-13 - NIRE 43300011607
 Farroupilha - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia ERS 122, s/n, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **1.4.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. Farroupilha, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scmazzon** - Presidente do Conselho de Administração.



CONTAB
 JC CONTABILIDADE

A contabilidade como **ferramenta estratégica** na gestão empresarial.



Assine o JC

Assine o Jornal do Comércio, tenha acesso ao JC Contabilidade e acompanhe análises e informações que impactam o seu negócio.

JC Contabilidade. Toda quarta-feira, no Jornal do Comércio.

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S.A. CNPJ nº 88.674.080/0001-01 - NIRE 43300025225
 Carlos Barbosa - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia BR-470/RS, Km 230, s/n, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **1.4.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scmazzon** - Presidente do Conselho de Administração.

Conecte sua marca a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.

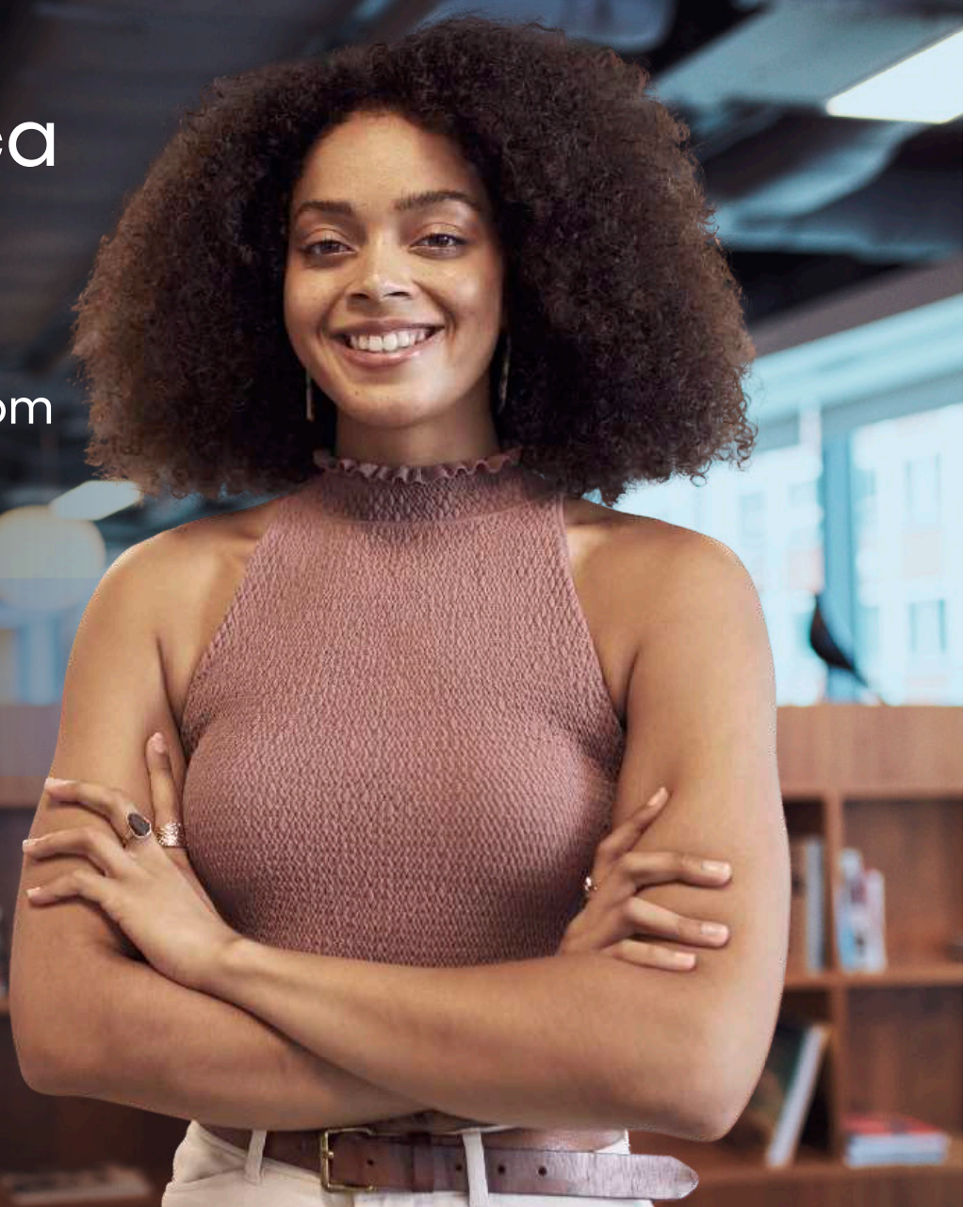
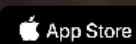
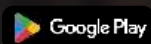


Acesse o QR Code e anuncie no JC

Jornal do Comércio 92 ANOS
 O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:

Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

MELSON TUMELERO S.A.

CNPJ Nº 92.860.238/0001-05 NIRE Nº 433.000.255-78

CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, na Rua Antonio Carlos Berta, nº 475, conjunto 401, em Porto Alegre/RS, às 9:30 horas, no dia 30 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aumentar o capital para de R\$ 10.400.000,00 para R\$ 21.000.000,00, mediante a capitalização de reservas de lucros; b) Criação da Reserva Estatutária para Investimentos; c) alterar o artigo 13 do Estatuto social que trata da representação da companhia; d) aprovar a consolidação do Estatuto social da Companhia; e) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024 e em 31.12.2025; f) deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios de 2024 e de 2025, e a distribuição de dividendos; g) fixar a remuneração dos Administradores;

Porto Alegre, 14 de abril de 2026.
MARIVALDO ANTONIO TUMELERO
Diretor